

REFLEXÕES SOBRE AS INSTITUIÇÕES MILITARES

Tenente-Coronel MÉNARD.

(Revue de Défense Nationale)

Trad. do Ten-Cel (QEMA) Rubens Mário Jobim

“O que mais falta no trabalho de reorganização militar que se realiza dia a dia em nosso país, é a audácia e a firmeza das construções lógicas” —
J. Jaurès

INTRODUÇÃO

As instituições militares da França, e em particular o serviço militar, que delas são a expressão mais sensível aos olhos do povo, são objeto, há muitos anos, de numerosas críticas.

Para quem estuda este problema sob o ângulo da produtividade, do bom e pleno emprêgo que se tornou, em nossa época, o critério fundamental de toda organização, é bem certo que numerosas questões são propostas, entre as quais se poderiam citar:

- o enorme poderio dos meios científicos de destruição, conseguidos no decurso das últimas décadas, não condena a intervenção das formações de combate que constituem os exércitos atuais ?
- a técnica aperfeiçoada dos engenhos postos em serviço nas unidades, cada ano, não exige dos que dêles se utilizam um aprendizado mais avançado? Conseqüentemente, justifica esta evolução rápida dispensar ao pessoal, em constante renovação, uma instrução onerosa, imperfeita e que não pode ser atingida ou posta em dia durante os períodos insuficientes de formação da reserva ?
- a comparação entre o número de unidades de combate elementares realmente disponíveis e os efetivos absorvidos para sua manutenção e pelas servidões de toda ordem, corresponde a uma organização sã e racional ?
- o período passado sob as bandeiras permite, eventualmente, dar à tropa como aos quadros, os meios de exercer, quando de seu retorno ao seio da coletividade, uma atividade mais fecunda ? Em suma, o exército pode realizar uma tarefa pós-escolar ?

As mais variadas soluções foram sugeridas para conciliar a carga que representa esta forma do serviço à Nação, com as exigências da Defesa Nacional e com a evolução das instituições sociais. São notadamente: o exército profissional, o serviço seletivo, o sistema de milícia, etc. Pareceu-nos, entretanto, que estas idéias e estas proposições apenas diziam respeito à parte superficial do problema, isto é, à duração do serviço militar impôsto aos jovens franceses. Em nosso entender, uma análise desta ordem não deve se limitar ao objetivo único de arranjar pelo melhor o que existe. Deve sondar os próprios fundamentos das instituições militares e assegurar-se de que estão em perfeita harmonia, por um lado, com as instituições políticas, sociais, econômicas das quais devem necessariamente emanar, para que o edifício repouse sôbre sólidas bases, e de outro lado, com as formas que um conflito poderá assumir.

Aliás, não é sômente neste domínio particular que revisões profundas são necessárias. Nossas instituições administrativas, por exemplo, foram concebidas numa época em que o homem se deslocava a pé e a cavalo. É certo que não respondem senão imperfeitamente às transformações econômicas e sociais, e à rapidez dos meios de comunicação e aos progressos da mecanização.

É chegado o tempo em que simples melhoramentos não são mais suficientes, quando a organização deve ser totalmente reconsiderada, em função dos novos fatores que modificam os dados iniciais dos problemas. Quando se adia muito, verdadeiras revoluções se impõem, e que são sempre dispendiosas e desmesuradas. Como tôdas revisões fundamentais, as que dizem respeito ao Exército chocam-se com tradições geralmente muito respeitáveis, mas que, freqüentemente, não encobrem mais que poeira, ou que não são alimentadas senão por uma seiva empobrecida. Evidentemente não se trata de mutilar ou destruir instrumentos, por certo imperfeitos, mas que preenchem, valham o que valer, sua função, para substituí-los por outros concebidos apressadamente. É preciso tudo ver, tudo pesar, cuidadosamente analisar. É obra de fôlego e que deve, pois, ser empreendida sem tardança.

Não temos a ambição de abordar todos os dados dêste problema capital: queremos, simplesmente, esclarecer, por um certo número de idéias pessoais e de outras recolhidas na troca cordial de pontos de vista entre camaradas. Tomamos como critério de nossas reflexões as seguintes questões:

- Corresponde o Exército a um fim preciso e útil?
- Caso afirmativo, como deve ser organizado, para que tenha o máximo rendimento, isto é, para que possa assegurar, com proveito, a formação de combatentes e constituir-se num instrumento de luta disponível de imediato?

NECESSIDADE DE FORÇAS ARMADAS

Tôda coletividade nacional, ou tôda comunidade que une países de mesma civilização, cujas estruturas ou interesses são análogos, deve se achar em condições de se proteger com seus próprios meios. A guerra, qualquer que seja seu grau de temperatura, infelizmente continua ainda a forma final de regulação das contradições ideológicas, políticas, econômicas, sociais, que dividem o mundo. A experiência demonstra que o temor de suas devastações não impede os governos de apelar para este argumento supremo. Enquanto um sistema internacional não for capaz de se opor, eficazmente, ao emprego da força nas relações entre as nações, estas deverão, mesmo perseverando em seus esforços para evitar tal recurso, poder garantir suas riquezas espirituais e materiais. Estar desarmado, não é manifestar seu pacifismo. É favorecer o advento da guerra, oferecendo aos ambiciosos ou aos esfaimados presas tentadoras.

Estas armas, com as quais tôda Nação pacífica deve se prover, não são dirigidas para um inimigo antecipadamente designado, para comodidade dos professores de tática e de estratégia. Uma tal atitude só poderia nutrir o medo, a suspeição e o ódio. Incitaria, mesmo, em certas circunstâncias, o emprego preventivo da força. As instituições militares de uma democracia são essencialmente defensivas e visam o agressor, qualquer que seja ele, que tente lhe impor seu jugo. Por isso mesmo, devem ser de tal sorte concebidas que a totalidade dos meios de luta da coletividade possa ser posta em ação e não apenas os que correspondam a uma hipótese particular, como pode fazê-lo um agressor que escolhe sua vítima, bem como o lugar, o momento e as armas de sua agressão.

O desenvolvimento considerável das técnicas de destruição fornece, daqui por diante, meios de luta de um poder incomensurável. Esta evolução, que se acelera dia a dia, poderia levar a pensar que a utilização aos cuidados de alguns "engenheiros", de tais meios, no momento oportuno, torna caduca tôda outra forma de luta. Mas o poder de morte que eles desenvolvem é tal, que uma insignificante "sobra", nas mãos do país atacado, pode causar, entre o assaltante, devastações fora de proporção com o objetivo que este último cobiça. Este equilíbrio no horror encerra, paradoxalmente, uma garantia de paz entre os países que seriam tentados a utilizar tais meios. Autoriza, em todo caso, a encarar, como possíveis, outras formas de luta armada, que precederiam estas confrontações nucleares, biológicas ou químicas, ou lhes substituiriam.

Há vinte anos a guerra maltrata de maneira endêmica o mundo, uma forma de guerra que põe precisamente em relêvo a relativa impotência da riqueza e da técnica. É que, paralelamente aos progressos realizados pelos engenheiros, um modo de luta muito antigo *aperfeiçoou também seus métodos, tornou-se científico, em certa medida.* Trata-se da guerra subversiva, que atingiu um alto grau de efi-

cácia sob o impulso dos teóricos e práticos marxistas. A guerrilha, que dela é a manifestação armada, vale-se do desdobramento das forças materiais adversárias, cujo rendimento torna-se precário. Há meio século o Coronel Lawrence constatava já: "que é tão impróprio como ineficaz lutar contra uma guerrilha com meios clássicos, como comer sua sopa com uma faca".

Esta reforma de guerra que se alastrou pelo mundo com o sucesso que conhecemos, apela essencialmente para o homem, para sua resistência física, sua capacidade de esforço, sua inteligência e sua imaginação, sua fé e sua obstinação. Não exige conhecimentos técnicos e táticas muito difíceis de adquirir. Pede, em compensação, efetivos numerosos para multiplicar seus pontos de aplicação. A formação que requer fornece combatentes aptos a rapidamente se iniciar nos métodos de ação mais centralizada, a serviço de engenhos mais aperfeiçoados. Todos os cidadãos de um país podem, assim, serem chamados a se bater. Devem, pois, ser instruídos com este objetivo e não somente uma parte deles.

As instituições militares têm por objetivo:

— evitar a guerra, pelo respeito que inspiram a um eventual agressor;

— se a luta se tornar inevitável, conduzi-la vitoriosamente.

Mas não é somente o Exército, no que respeita a conjunto de unidades aptas a entrar em campanha, que preenche, para o futuro, este duplo papel: dissuadir e bater-se.

A dissuasão, que antes repousava em forças permanentes numerosas e de qualidade, resulta agora do domínio das armas nucleares, bacteriológicas e químicas. Se os meios terrestres devem sempre estar servidos pela mais evoluída técnica, não é mais indispensável multiplicá-los. Nenhuma economia nacional poderia, aliás, suportar este fardo.

O desenvolvimento das técnicas de subversão extravasa o quadro rígido da organização militar. A qualidade de combatente estende-se a todo cidadão que tem vontade de não aceitar o jugo do adversário.

As instituições militares devem, pois, evoluir para estar de acôrdo com estes novos critérios, de tal modo que:

— o país disponha, instantaneamente, de forças necessárias para limitar os efeitos de uma agressão, impedindo o adversário de obter, de saída, prêsas muito importantes;

— os cidadãos possam receber uma formação militar suficiente e sejam organizados tendo em vista uma luta que possa se estender a todo o território;

— seja respeitado o princípio fundamental da igualdade das cargas a suportar a êsse título, pelos cidadãos;

— o Exército, enfim, constitua de fato uma emanção da Nação.

CONCEPÇÃO DO EXÉRCITO

O Exército visível, sob o uniforme, o do tempo de paz, assume duas funções que parecem por vezes contraditórias em tempo de paz, mas que concorrem, tôdas as duas, para a formação do Exército de guerra:

- é a *Escola* que forma os cidadãos nas técnicas do combate e que, a seguir, mantém seus conhecimentos. Por êste lado, constitui um *meio*;
- é o *Sentinela* da Nação, que vela, e que permite, por sua intervenção, ganhar os prazos de reflexão necessários a que sejam colocados em ação os meios de resposta adequados. Permite também realizar ações convencionais limitadas, para assegurar a salvaguarda dos interesses nacionais ameaçados. Por êste lado, constitui um *fim* em si.

Até o presente, o Exército era de tipo uniforme, exercendo suas unidades, ao mesmo tempo, a função escolar e a função de vigilância. Êste sistema era aceitável enquanto um aviso prévio era suficiente para permitir, graças à mobilização, pôr as unidades em pé de guerra, e enquanto os meios de combate eram simples.

Um tal sistema não coresponde mais às novas realidades e estas duas funções devem sem dissociadas. A rapidez de intervenção das unidades "sentinelas" exige, com efeito, que estejam constantemente em condições de entrar em ação com a totalidade de seu potencial.

De outra parte, a massa das forças de defesa não deve mais repousar em noções distintas de forças da ativa e forças da reserva.

O Exército deve compreender, pois:

- *Forças Permanentes*, constituídas do pessoal servindo um tempo suficiente para empregar eficazmente técnicas sempre mais evoluídas;
- "*Escolas*", nas quais a totalidade dos cidadãos receba a formação militar indispensável, para ficar apta a combater.

As forças permanentes

Não seria, evidentemente, questão de renovar na França a experiência do Exército profissional, em razão dos perigos que fêz correr a República no passado. Convém, então, procurar uma solução que tire partido das vantagens do Exército profissional, isto é, permita dispor de pessoal "tendo profissão", sem que a fórmula adotada chegue a constituir um Corpo isolado na Nação, sem correntes de trocas com o resto do país. O princípio da igualdade dos cidadãos diante da carga do serviço militar não poderá mais ser respeitado no que diz respeito a um de seus fatores, que é a duração. A fórmula deduzida deverá, pois, restabelecer esta igualdade pelo jôgo de vantagens compensadoras.

O modo de recrutamento das praças de pré constitui a chave mestra de nossa "construção". Se se toma por base de cálculo a necessidade de se ter, constantemente, cinco divisões em pé de guerra, e uma duração de três anos como de utilização válida do pessoal, seria preciso, para manter os 40.000 postos a guarnecer, dispor anualmente de cerca de 13.000 homens.

A manutenção destas praças de pré, além dêste contrato de três anos, não deveria ser encarada. Esta limitação permitiria conservar a juventude e o ardor da tropa. Evitaria que a rotina se instalasse nas unidades e conservaria, neste nível, as correntes de trocas necessárias entre Exército e Nação.

O recrutamento de voluntários, para êste tipo de serviço militar mais longo, não deveria oferecer dificuldades, se fôsem ajustadas as seguintes vantagens compensadoras:

- atribuição, desde a incorporação, de um salário correspondente ao de um operário não especializado, que se elevaria em seguida, conforme o grau de qualificação atingida;
- possibilidade oferecida aos interessados, ao término de seu contrato, de efetuar, à custa do Estado, o aprendizado de uma profissão, podendo esta reconversão ter por objeto seja uma atividade civil, seja também uma carreira dentro dos quadros do Exército;
- recrutamento, para certos corpos do Estado ou para certas funções, reservado unicamente a êste pessoal: gendarmaria, polícia, alfandegários, guardas armados de Estabelecimentos públicos e privados;
- admissão a um certo número de outros ramos de atividade favorecida à mesma qualificação: monitores de educação física ...

Os benefícios dêste sistema seriam evidentes. O Exército contribuiria mais para a formação técnica e moral da juventude. A manutenção de seus materiais seria sensivelmente melhorada, e, sobretudo, êle disporia de unidades de combate dignas dêste nome.

Os *suboficiais* dos quadros das unidades de combate seriam naturalmente recrutados entre as praças de pré que desejassem fazer carreira. O período chamado "de reconversão" seria consagrado à sua formação nas escolas especializadas.

Por motivos análogos aos que foram avocados para a tropa, seria conveniente limitar sua carreira ativa. Um tempo total de quinze anos parece razoável, o qual serviriam, parte nas Fôrças Permanentes, parte nos Centros de Instrução de que falaremos mais adiante.

Ao fim dêste prazo, seriam igualmente beneficiados por um período gratuito de aprendizagem, que lhes permitiriam:

- ou orientar-se para um emprêgo civil;
- ou ingressar em certos corpos do Estado (gendarmeria, policia, etc ...)
- ou ainda alimentar o corpo de técnicos necessários ao Exército para assegurar sua vida própria (administração dos Corpos de Tropa, serviços logísticos ...), êste Corpo comportando graus de assimilação a oficiais.

O modo de recrutamento e de formação dos *oficiais* ultrapassa os limites dêste artigo. Entretanto, conviria reter as seguintes idéias:

- êste Corpo, como aliás o dos suboficiais, não constitui, como alguns têm por vêzes tendência a acreditar, uma fôrça "mercenária", paga para se fazer matar nas "muralhas" externas do país, Tôda guerra interessa a todos os cidadãos, senão não se justificaria. "O oficial não é de natureza diferente do cidadão". Não é admissível que a República extraia de seu Exército uma categoria de pessoal, aproveite sua vocação militar, seu patriotismo, sua disciplina, sua situação de assalariado, para fazer uma guerra. Os quadros do Exército não podem, em caso algum, ser comparados aos de uma Gendarmeria ou Polícia.
- poderosas correntes de troca devem ser criadas entre o país e o Corpo de oficiais, pondo bem em relêvo que êstes cumprem uma forma de serviços cívicos e não um mercenariato.

As possibilidades de reconversão às atividades civis devem ser multiplicadas e ser acompanhadas dos estágios necessários. Inversamente, oficiais de reserva deveriam poder participar do enquadramento do Exército. A título de exemplo, pode-se perfeitamente imaginar:

- que um tenente da ativa, após seis anos de serviço, torne-se professor num liceu;
- que um capitão da reserva, do Serviço de Pontes e Estradas, efetue um período ativo de 2 ou 3 anos, na Engenharia.

Para as altas funções da hierarquia, a noção de correspondência de postos de nenhuma maneira se impõe. Um diretor da SNCF poderia certamente receber as dragonas e ficar encarregado, durante certo tempo, dos transportes logísticos de um conjunto militar.

Pertenci, durante um exercicio de defesa operacional do território, a um Estado-Maior misto. Pude verificar como o Prefeito Igame estava perfeitamente entrosado nesta forma particular de luta e apto a dar ordens judiciosamente adaptadas à situação.

No transcurso de seu serviço ativo, os oficiais das fôrças permanentes e os que pertencem aos Centros de Instrução do Território devem, naturalmente, ser permutados várias vêzes.

Os Centros de Instrução do Território

As fôrças de dissuasão ou de intervenção fazem frente às ameaças mais perigosas e mais imediatas. Mas é preciso igualmente estar preparado para as ameaças mais remotas e extremas. Em caso de invasão, o adversário deve encontrar em cada cidadão um combatente. Todos os homens do País devem receber a instrução elementar necessária e a organização desta Fôrça deve ser tal que possa agir rápida e totalmente.

A solução a procurar poderia ser semelhante à da Milícia helvética, levando em conta, certamente, as características próprias dos franceses. A seguinte fórmula poderia ser encarada:

— *Uma formação pré-militar obrigatória*, dirigida para a educação física, para a capacidade de se deslocar e se orientar discreta e rapidamente, em qualquer tempo e em todos os terrenos, para a prática da vida ao ar livre e a aquisição de conhecimentos elementares, como fazer fogo, proteger-se das intempéries, camuflar-se, etc... De fato, uma espécie de escotismo aplicado à guerrilha.

Esta formação poderia ser realizada na maioria das localidades, organizada pelo Exército ou por sociedades civis. Os seus resultados poderiam ser controlados no período de uma quinzena, e sancionados pela atribuição de um certificado. No decorrer desses períodos, poderiam ter lugar as operações de seleção e de orientação, as quais poderiam, além disso, tomar um maior desenvolvimento e corresponder às necessidades da Educação Nacional, da Economia Nacional, da Saúde Pública...

— *Uma formação militar básica*, com a duração de 4 a 5 meses realizada nos Centros de Instrução do Território. Além da adaptação militar dos conhecimentos adquiridos quando da formação pré-militar, os programas desses Centros deveriam compreender:

- o conhecimento e o emprêgo dos meios de combate das unidades elementares;
- a prática de ações de guerra no seio de pequenas unidades;
- a aquisição de uma qualificação particular (rádio, combatente blindado, etc...);
- o prosseguimento da formação cívica.

Não pensamos que um período de 4 a 5 meses seja demasiado breve para o fim a atingir. Com efeito, atualmente, a maior parte dos jovens convocados não efetua um aprendizado mais prolongado do combate. Os programas são atravancados de uma tal quantidade de matérias que só podem ser estudadas superficialmente, que são rapidamente esquecidas e que, além disso, nem sempre são de real utilidade. É preciso desatramancar, fazer apenas o essencial, e fazê-lo simplesmente e a fundo.

Quando se possui um relógio, é suficiente saber dar-lhe corda e acertá-lo; não se é obrigado a conhecer-lhe o mecanismo.

— *Uma manutenção pós-militar* dos conhecimentos adquiridos, cuja duração poderia cobrir de cinco a dez anos e que comportaria um período anual de 8 a 10 dias.

Esta manutenção seria realizada no âmbito da unidade de destino dos interessados, posta totalmente de pé nesta ocasião.

O *enquadramento* desses centros seria realizado:

- por quadros da ativa, periodicamente permutados com os das Forças permanentes;
- por quadros da reserva, oriundos de oficiais, suboficiais e graduados das Forças permanentes, reconvertidos a um emprego civil e que aceitam assumir, uma ou várias vezes, estas funções;
- por quadros da reserva, escolhidos em função de suas atividades civis e convidados a estágios particulares de formação. Não seria o caso de aí haver diversas categorias de elites. A elite nas funções civis deve igualmente ser a elite no campo de batalha. E aquele que comanda os operários na usina, tem igualmente o dever de dirigi-los diante do inimigo.

Este modo de formação não responderá a todas as necessidades da Defesa. As Armas técnicas, em particular, não teriam como atender à eventual mobilização de suas unidades. Sugeriremos, daqui a pouco, um sistema de organização, quanto ao todo ou parte de algumas delas.

A satisfação das necessidades restantes poderiam ser obtidas, por um lado, por destinações que levem grandemente em consideração a correspondência entre empregos civis e funções militares; de outro lado, pela elaboração de programas para os Centros de Instrução que acentuem a qualificação a adquirir.

PROBLEMAS DE ORGANIZAÇÃO

Este novo modo de constituição do Exército trás em seu rastro, logicamente, transformações profundas. Cada uma delas, pediria um desenvolvimento particular e também informações mais completas. Limitar-nos-emos a assinalar algumas idéias que poderiam orientar os estudos necessários.

— Os *organismos de Comando e de Administração* são demasiado importantes, complexos e centralizados. Poder-se-ia comparar, caricaturalmente, o Exército a um gnomo, com uma cabeça e um ventre enormes que não dessem movimento e não nutrissem senão a membros raquíticos. Está próximo talvez o tempo em que estes membros atrofiados cairão e em que o gnomo continuará a viver perfeita-

mente com seu cérebro, suas glândulas e seus intestinos. A Intendência vestirá o Serviço do Material, que reparará os veículos do Serviço de Saúde, que cuidará... etc.

Os Estados-Maiores e organismos de estudo proliferam e gastam-se infinitamente, estes, nas altas esferas da tática, perdendo-se, com bastante frequência, em especulações intelectuais e "acreditando facilmente nas coisas como eles querem que sejam e não como realmente elas são". Outros, pela preocupação de tudo regularmentar, enredando-se em minúcias, desrespeitando a autoridade natural dos escalões subalternos, condenando a iniciativa, esterilizando as imaginações, provocando a inércia e a desconfiança.

O papel do Comando é dirigir e controlar, segundo uma ótica que corresponda à sua situação hierárquica.

Nosso atual sistema favorece a existência de órgãos com duplo emprêgo, cujas atividades se recobrem. Muitos poderiam ser suprimidos ou vantajosamente substituídos pela adoção de modernos métodos administrativos. Eis aí uma tarefa longa e difícil, que demandará muita coragem para empreender e levar a bom termo. Mas é necessário eliminar esta floresta, sob a qual as unidades sufocam, estiolando-se. É preciso verificar, com prudência, é certo, mas com obstinação, se tal órgãos continua respondendo a um fim preciso, se é necessário que este fim seja atingido, se os meios postos a sua disposição são rentáveis e se o resultado não pode ser obtido por menor preço.

Simplicidade e eficiência caracterizam um bom Comando.

— *Transformações de estrutura de certos serviços logísticos e mesmo de certas Armas são necessárias*

As Fôrças permanentes devem dispor de apoios tão móveis quanto elas, capazes de serem postos em ação com a mesma instantaneidade. Esses apoios devem, pois, serem compostos de pessoal permanente e dotados de meios que lhes permitam cumprir sua missão.

O problema é diferente no que respeita ao apoio aos Centros de Instrução do Território, bem como às Fôrças que poderão ser levantadas em caso de conflito.

Sempre que possível, o Exército deveria satisfazer-se com os serviços ordinários da Economia Nacional. Certas necessidades desses Centros de Instrução ou de outras Escolas Militares não são superiores aos dos Estabelecimentos da Educação Nacional, por exemplo. E, entretanto, esse Ministério não dispõe de padarias ou de adegas. Seria conveniente, pois, deixar a esses comandantes de escolas de formação a liberdade de apelar para os organismos públicos ou privados especializados, limitando-se os serviços militares ao contróle do emprêgo dos recursos postos à disposição desses Comandos e do respeito às regras administrativas.

Uma parte do apoio às Forças mobilizadas em caso de conflito, deveria se manifestar como participação militarizada, mobilizada, de determinados Serviços públicos ou organismos privados. Esta fórmula seria uma consequência lógica da "socialização" e da "planificação" das atividades econômicas. Poder-se-á conceber, por exemplo, que a Engenharia de infra-estrutura seja uma derivação do Serviço de Obras Públicas. Estes serviços cobriria, em tempo de paz, as necessidades do Exército do mesmo modo que as das outras Administrações. Estaria capacitado a pôr em pé e à disposição das Forças Armadas, em caso de guerra, unidades de trabalho, meios de transposição de curso d'água, unidades de material (armas), instrumentos, etc. ... Esta mobilização poderia, aliás, operar-se sem ser em caso de conflito, para enfrentar cataclismos naturais.

Uma fórmula assim poderia interessar igualmente os Transportes, as Telecomunicações, a Saúde, etc. ... Certamente, traria uma economia apreciável de meios e contribuiria para introduzir este sentimento de Defesa Nacional em tôdas as atividades do país.

— *Os princípios em que repousa nosso sistema de mobilização* não respondem senão longinquamente às necessidades de um futuro conflito. E este sistema é muito oneroso.

Dispomos, em todo território de almoxarifados e de depósitos numerosos, repletos de materiais custosos que esperam dentro da graxa ou na naftalina uma guerra eventual. A maior parte dessas riquezas que dormem, seriam, aliás, pouco ou mal utilizadas, em caso de conflito. Demandam em tempo de paz uma gestão e uma manutenção que devoram muitos meios, em efetivos e créditos. A título de exemplo, os Centros Mobilizadores de uma certa Região Militar detêm perto de 20.000 veículos estocados, enquanto que o total dos efetivos mobilizados nesta mesma Região é igualmente 20.000.

Quando se trata de materiais militares específicos, como armamento, é bem certo que sua estocagem, conservação e manutenção são indispensáveis. Mas para outros materiais existem soluções mais econômicas.

Poder-se-ia, facilmente, imaginar que uma grande parte dos veículos necessários às unidades mobilizadas seja fornecida pelo setor civil. Um caminhão de um dado tipo, encomendado pelo Exército para suas necessidades eventuais, poderia ser cedido, por um preço vantajoso, com a condição de o adquirente o manter por um determinado tempo, pondo-o à disposição da unidade mobilizada, durante seus períodos de instrução, e em conflito. Em caso de uma mobilização local das unidades, estas poderiam, assim, dispor imediatamente de seus meios de transporte.

Do mesmo modo, poderá perfeitamente ser permitido que cada cidadão detenha uma parte de seu equipamento de campanha, utilize mesmo certas partes após sua liberação, sob reserva de uma

manutenção que lhe permita apresentar-se militarmente uniformizado nas convocações de sua unidade.

O alívio considerável da tarefa dos organismos de mobilização permitiria descentralizar os depósitos de materiais específicos e de melhor os adaptar às condições de um futuro conflito.

— *O modo de vida do Exército deve ser radicalmente transformado.*

As forças permanentes não devem ter uma infra-estrutura local a sustentar, por certo necessária aos misteres de tempo de paz, mas que ocasionam servidões nocivas à sua manutenção. Estas forças do mesmo modo que as esquadrilhas de aviação ou as esquadras navais, devem estar ligadas a "bases" que assegurem, com seus próprios meios, suas cargas indispensáveis.

As Forças permanentes não podem se constituir um verdadeiro instrumento de guerra se não se consagram totalmente ao seu próprio treinamento e se não estiverem em condições de partir em campanha, ao menor alerta.

A limitação do serviço militar proposta para as outras categorias de cidadãos, impõe, evidentemente, que os encargos permanentes de direção, administração, manutenção dos Centros de Instrução do Território não repousem mais nos contingentes convocados. Estes encargos devem ser confiados a um pessoal civil permanente, como é efetuado nos Estabelecimentos de ensino. Objetar-se-á o custo desta solução. Pensamos que não será mais elevado que a atual. As economias feitas na manutenção dos materiais compensariam, provavelmente, os salários que esta solução acarretaria.

A vida de uma caldeira de aquecimento central, confiada todos os quatro ou cinco meses a um nôvo militar inexperiente, será certamente prolongada de vários anos, nas mãos dum especialista competente. Num exemplo assim, o Estado detém, certamente, uma economia apreciável.

Não podemos nos permitir manter um Exército, no qual dois terços dos efetivos são consagrados a alimentar, vestir, aquecer, servir o outro terço... e a tocar música para ele.

Para encerrar esta série de idéias, acrescentarei *que a noção de Armas não corresponde mais às realidades do combate.*

A evolução da técnica, o aperfeiçoamento dos meios de destruição conduzem à diluição, ao fracionamento dos conjuntos táticos de ontem. É uma lei histórica da qual não tiramos tôdas as consequências.

No século XVIII, o aumento da rapidez de tiro das armas individuais e o aligeiramento da artilharia permitiram a "divisão" do Exército, que até então não podia combater eficientemente senão reunido em grupamentos de armas combinadas ditos "Divisões".

O progresso realizado nestes domínios, depois a aparição do blindado, fizeram descer esta organização de um escalão, dando ao Grupamento tático de armas combinadas a possibilidade de sôzinho travar um combate de uma certa duração.

A ameaça do projétil nuclear leva esta "divisão" a um nível mais baixo. Ora, êste nível é o do Corpo de Tropa, isto é, aquêle onde se efetua a gestão do pessoal e do material. A nova noção de grupamento tático de armas combinadas volta assim a reagrupar a noção de Arma, representada agora pelo Corpo de Tropa. O Corpo de Tropa, que se tornou o Grupamento tático elementar de armas combinadas, entra na era "naval". Deve compreender, como um navio de guerra, os mais diversos especialistas, manejando canhões, blindados, metralhadoras, aparelhos-rádio... e com o mesmo distintivo.

Parece certo, pois, que é chegado o momento de criar uma "Arma de combate", amalgamando infantes, cavaleiros, artilheiros, sapadores, comunicações... Uma Arma de apoio agruparia os meios mais pesados ou de longo alcance (foguetes, engenharia de comunicações...).

Sem dúvida, os defensores das tradições, os apaixonados do anuário, lutarão contra uma tal solução lógica. Não é necessário que o Exército se mumifique no seio de suas pirâmides.

CONCLUSÃO

As sugestões que apresentamos ultrapassam, de muito, o simples quadro dos arranjos. É que estamos convencidos que uma profunda revolução é necessária agora para adaptar as instituições militares do país a novas circunstâncias, muito diferentes das que inspiraram as gerações precedentes. Devemos nos descartar das vias médias que são as mais nocivas.

O Exército atual é custoso, o que não é nada de admirar, mas o que é grave é que a êste preço seja ineficiente. Esta ineficiência pode levar certos espíritos a condená-lo, quando um exame um pouco mais sério da conjuntura mostra que, sem êle, todos os outros meios de luta, por mais aperfeiçoados que sejam, são impotentes.

Os sistemas que propusemos serão mais custosos que os que nos regem atualmente? Não temos em mãos os dados necessários para estimá-lo. Nossa convicção diz-nos que são mais econômicos. Mas, sobretudo, estamos convictos que serão mais eficientes e assegurariam realmente a Defesa Nacional.

Um grave êrro seria deixar, à ação desordenada dos acontecimentos, às tendências subjetivas e interessadas de uns e de outros, o poder de modificar ao azar os princípios que devem reger a organização de nosso Exército.

A DEFESA NACIONAL

ASSINATURAS

Qualquer pessoa categorizada ou entidade civil pode tomar assinatura desta Revista, que se sentirá prestigiada com isto.

Para fazê-lo, bastará comunicar-se com a Secretaria da Revista, indicando nome e endereço (para remessa) e enviando cheque ou vale postal correspondente à assinatura desejada (anual — Cr\$ 1.000).

A AUTORIDADE DO CHEFE (V)

FORMIDÁVEL...

O Cel A não gostava de dizer “está errado”, ou “não está bom”. Quando precisava corrigir — e não deixava de fazê-lo — precedia sua crítica de expressões tranqüilizadoras, como “está ótimo”, “era isto mesmo”, seguindo-as de um “porém”...

Certo dia, deu êle ao Ten G a missão (com prazo) de “criar algo de nôvo no refeitório dos oficiais”, para melhorar sua apresentação.

O Ten G deu tratos à bola, virou, mexeu, e nada. Nenhuma idéia. Afinal, premido pelo tempo, mudou de lugar alguns móveis, colocou uns paninhos com uns enfeites em cima — e pronto. No dia marcado, o Cmt chamou o Ten e se foram ao salão. À porta, o Cel parou, olhou, olhou, depois disse: “Formidável, G! Muito boa arrumação. Mas não era nada disto... Você tinha de inovar, de modificar, de inventar. Acho que esta tarefa não é do seu feitio; vou dá-la a outro. Você está “despedido”!...

E lá se foi embora, no seu passo apressado, deixando o Ten com uma “formidável” sensação de ter falhado...